



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 3º Bimestre/2018

Vitória-ES, Agosto/2018



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 apresenta quadro conjuntural de manutenção do controle das contas públicas representado principalmente pela responsabilidade no cumprimento das metas fiscais e na eficiência da gestão fiscal.

No terceiro bimestre de 2018, o Resultado do Tesouro Estadual foi superavitário em R\$ 563 milhões, que pode ser justificado pelo aumento real de 4,9% da receita de caixa.

A Receita Total do terceiro bimestre de 2018 apresentou crescimento real de 1,0% em relação ao exercício anterior. Somente imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS atingiu um crescimento real de 5,5%.

A Despesa Total apresentou variação real positiva de 4,3%, frente a igual período do ano anterior. Destaca-se o aumento real de 8,1% nas despesas de custeio.



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

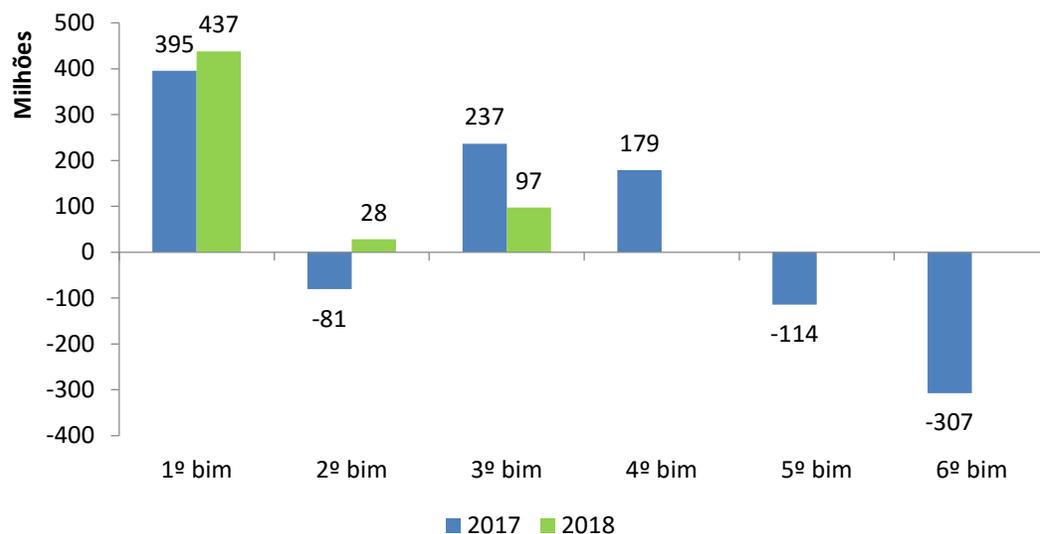
EXECUÇÃO DO TESOURO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Receita de Caixa do Tesouro	5.237.043	5.736.188	9,5	4,9	499.145
Duodécimos aos Poderes	845.050	885.241	4,8	0,3	40.192
Despesa Liquidada do Executivo	3.840.900	4.288.251	11,6	7,0	447.352
PESSOAL	2.447.322	2.594.511	6,0	1,6	147.189
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905.619	1.112.437	22,8	17,7	206.818
FINANCIAMENTO FUNDAP	173.201	183.008	5,7	1,2	9.807
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	253.289	279.409	10,3	5,7	26.120
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	48.695	47.369	-2,7	-6,8	-1.326
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	12.775	71.518	459,8	436,3	58.743
Resultado do Tesouro	551.094	562.695			11.601

Fonte: GECOG/SEFAZ



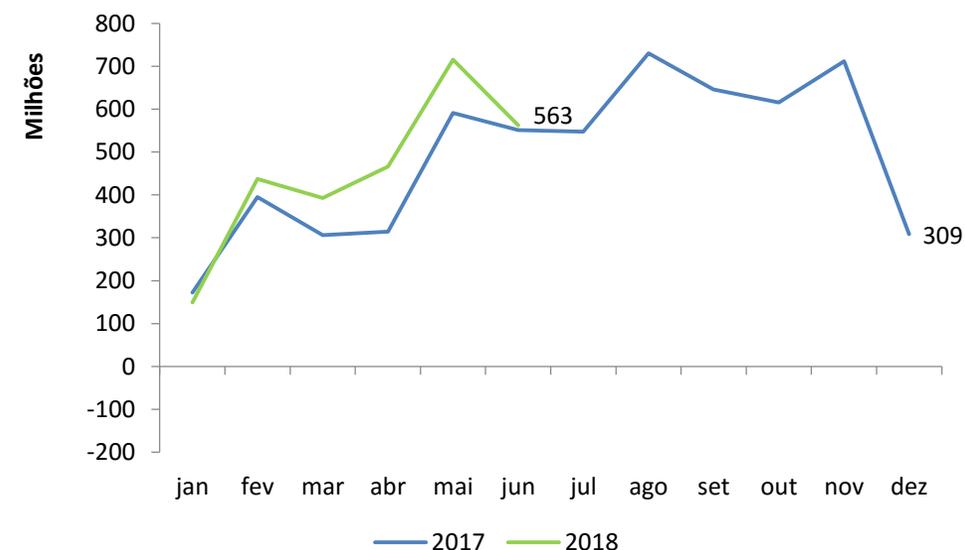
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até o terceiro bimestre de 2018 apresentou um crescimento de **5,5%** em relação ao mesmo período de 2017. Descontada a inflação do período, verifica-se um aumento real de **1,0%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)	R\$ Mil Varição 2018/2017
RECEITA TOTAL	7.447.165	7.855.748	5,5	1,0	408.583
Receitas de impostos e taxas	5.481.585	5.910.204	7,8	3,3	428.619
ICMS - Inclusive FUNDAP	4.391.511	4.837.392	10,2	5,5	445.881
Taxas	312.443	313.165	0,2	-4,0	722
Recuperação da dívida ativa	104.610	81.690	-21,9	-25,2	-22.920
IPVA	344.649	350.235	1,6	-2,7	5.587
IRRF	296.722	295.250	-0,5	-4,7	-1.472
ITCMD	31.650	32.472	2,6	-1,7	822
Receitas de Transferências	2.389.431	2.608.103	9,2	4,6	218.672
Royalties e Participações Especiais	716.593	830.513	15,9	11,0	113.920
FPE	681.793	756.342	10,9	6,3	74.549
Educação - FNDE e FUNDEB	499.121	511.162	2,4	-1,9	12.041
Saúde - SUS	301.420	300.383	-0,3	-4,5	-1.037
Cota-parte do IPI	101.584	113.622	11,9	7,1	12.038
FEX e Lei Kandir	31.176	30.536	-2,1	-6,2	-640
Outras transferências	57.745	65.545	13,5	8,7	7.800
Outras Receitas (voluntárias e outras)	368.946	347.201	-5,9	-9,9	-21.744
Receitas de Operações de Crédito	41.043	24.153	-41,2	-43,6	-16.890
Receitas Transferidas	-2.250.230	-2.450.651	8,9	4,3	-200.421
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-873.696	-954.487	9,2	4,7	-80.791
Repasso Constitucional aos Municípios	-1.376.534	-1.496.164	8,7	4,1	-119.630
Receitas do Instituto de Previdência	1.416.390	1.416.737	0,0	-4,2	347

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS (sem FUNDAP), realizada até o terceiro bimestre de 2018, apresentou um crescimento real de **5,1%** em relação ao mesmo período de 2017.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)	R\$ Mil Varição 2018/2017
ICMS (SEM FUNDAP)	4.171.335	4.578.697	9,8	5,1	407.362
Substituição Tributária	1.176.649	1.116.501	-5,1	-9,1	-60.147
Energia Elétrica	560.880	634.691	13,2	8,4	73.811
Diversos	287.447	339.276	18,0	13,1	51.829
Comércio Exterior	64.664	80.174	24,0	18,8	15.509
Comunicação	312.755	255.760	-18,2	-21,7	-56.995
Comércio	840.146	942.330	12,2	7,4	102.185
Simplex Nacional	145.482	159.262	9,5	4,9	13.781
Transportes	177.193	201.650	13,8	9,0	24.456
Indústria	606.120	849.053	40,1	34,2	242.934

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

Até o terceiro bimestre de 2018, a Receita de Caixa apresentou crescimento nominal de **9,5%** em relação ao mesmo período de 2017. Se considerada a inflação do período, temos uma variação real de **4,9%**.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2018/2017
Receita Total	7.447.165	7.855.748	5,5	1,0	408.583
Receita Vinculada	2.210.122	2.119.560	-4,1	-8,1	-90.562
Receita de Caixa do Tesouro	5.237.043	5.736.188	9,5	4,9	499.145
ICMS NORMAL	3.117.844	3.421.879	9,8	5,1	304.036
ITCMD	31.650	32.472	2,6	-1,7	822
IPVA	172.323	175.118	1,6	-2,7	2.795
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,...)	467.128	491.751	5,3	0,8	24.623
ICMS FUNDAP	165.132	194.021	17,5	12,6	28.889
Cota-Parte IPI	76.188	85.217	11,9	7,1	9.028
FUNDEB	445.723	477.967	7,2	2,7	32.244
IRRF	296.722	295.250	-0,5	-4,7	-1.472
Cota-Parte FPE	681.793	756.342	10,9	6,3	74.549
Receita Transferida ao FUNDEB	-873.696	-954.487	9,2	4,7	-80.791
Royalties e Participação Especial	656.236	760.657	15,9	11,0	104.421

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2018/2017
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	4.580.807	4.975.531	8,6	4,0	394.724
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	5.063.843	5.553.180	9,7	5,1	489.337

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até o terceiro bimestre de 2018 representou **54,3%** do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	Até Junho 2018	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	12.297.869	6.454.473	52,5	12.554.703
Receita de Caixa do Tesouro	10.554.205	5.736.188	54,3	10.999.563
Receita Vinculada	6.316.670	2.119.560	33,6	4.547.101
Receita Total	16.870.875	7.855.748	46,6	15.546.664

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Nota:

*Decreto nº 4201-R de 08 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ Mil			
	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Operações de Crédito Internas	243	927	280,7	264,66
BNDES - PROPAE	-	-	-	-
BNDES BRT GV	-	-	-	-
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	43	927	2.080,3	1.988,6
CEF - PróMoradia	201	-	-100,0	-100,0
Operações de Crédito Externas	40.799	23.226	-43,1	-45,5
BID - PROFAZ	6.549	-	-100,0	-100,0
BID - PRES III	30.945	-	-100,0	-100,0
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	3.305	23.226	602,8	573,3
TOTAL*	41.043	24.153	-41,2	-43,6

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2018

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o Programa de Águas Pluviais com a CEF, o Programa Rodoviário III com o BID e o Gestão Integrada de Águas e Paisagens com o BIRD.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um aumento real de **4,3%** até o terceiro bimestre de 2018, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
PESSOAL	3.732.041	3.958.814	6,1	1,6	226.773
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.318.752	1.488.270	12,9	8,1	169.518
FINANCIAMENTO FUNDAP	173.201	183.008	5,7	1,2	9.807
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	255.934	282.052	10,2	5,6	26.118
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	63.838	62.494	-2,1	-6,2	-1.345
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	134.749	207.472	54,0	47,5	72.722
Total	5.678.516	6.182.109	8,9	4,3	503.593

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento real de **7,0%** até o terceiro bimestre de 2018, comparada ao mesmo período de 2017.

Tabela 8: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
PESSOAL	2.447.322	2.594.511	6,0	1,6	147.189
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905.619	1.112.437	22,8	17,7	206.818
FINANCIAMENTO FUNDAP	173.201	183.008	5,7	1,2	9.807
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	253.289	279.409	10,3	5,7	26.120
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	48.695	47.369	-2,7	-6,8	-1.326
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	12.775	71.518	459,8	436,3	58.743
Total	3.840.900	4.288.251	11,6	7,0	447.352

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos (Efetivos + Comissionados) e Designação Temporária	1.276.881	1.329.453	4,1	-0,3	52.571
Contribuição Patronal/Aporte	1.041.485	1.117.644	7,3	2,8	76.159
Outras Despesas de Pessoal	128.956	147.414	14,3	9,5	18.459
Pessoal e Encargos	2.447.322	2.594.511	6,0	1,6	147.189
Precatórios	-	-	-	-	-
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	2.447.322	2.594.511	6,0	1,6	147.189

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos (Efetivos + Comissionados) e Designação Temporária	1.298.562	1.357.430	4,5	0,1	58.868
Contribuição Patronal/Aporte	1.056.054	1.133.994	7,4	2,9	77.940
Outras Despesas de Pessoal	1.377.425	1.467.390	6,5	2,1	89.965
Pessoal e Encargos	3.732.041	3.958.814	6,1	1,6	226.773
Precatórios	-	-	-	-	-
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	3.732.041	3.958.814	6,1	1,6	226.773

Fonte: SIGEFES

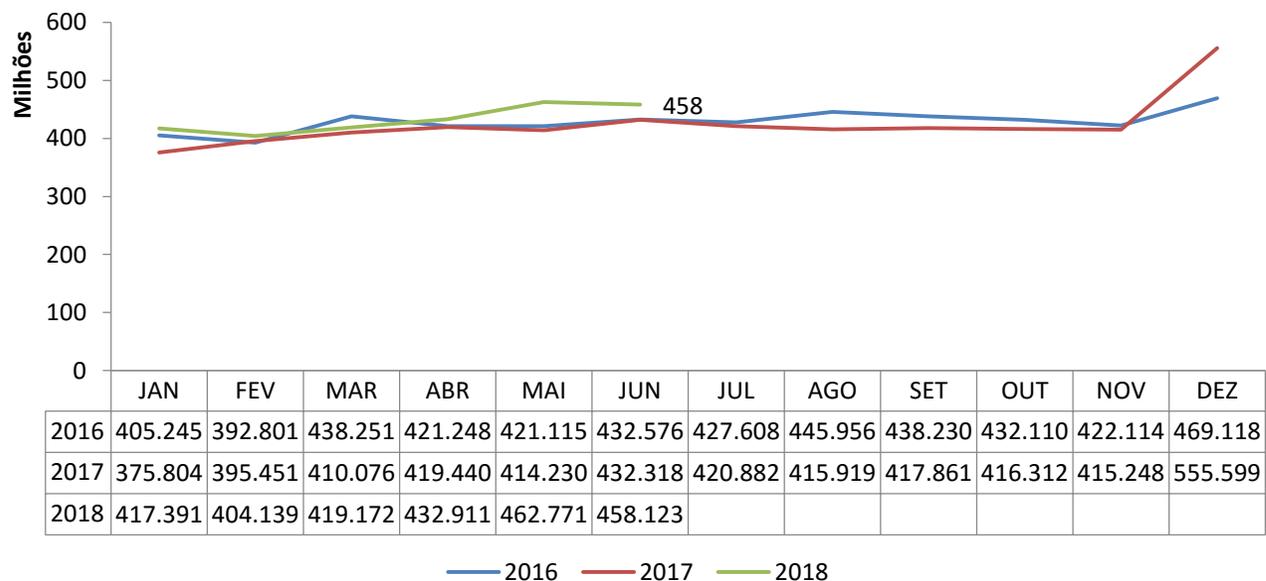
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



	R\$ milhões
Janeiro a Junho 2018	2.595
Janeiro a Junho 2017	2.447
Janeiro a Junho 2016	2.511

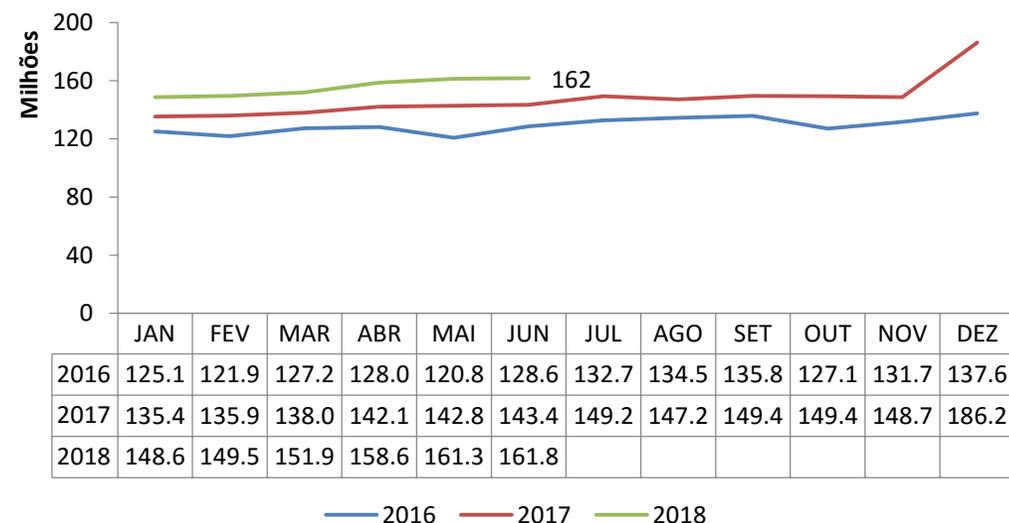
Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

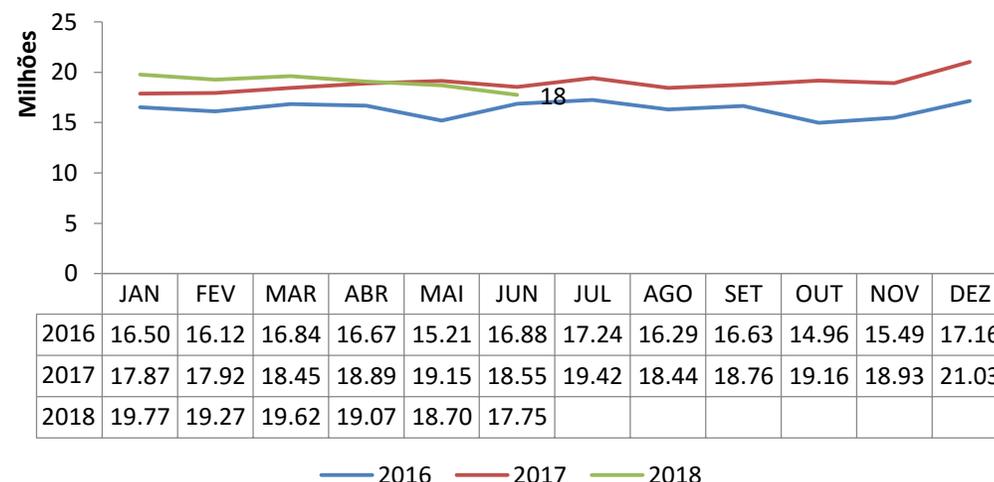
Os gráficos abaixo apresentam os valores aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte, tanto no Poder Executivo como para os outros Poderes.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Poder Executivo



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 5 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Outros Poderes



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

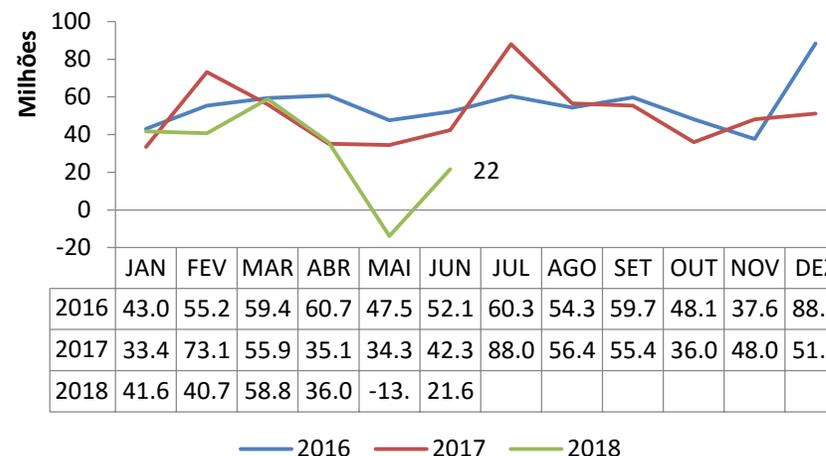


5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

O Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, encontra-se no período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos, apresentou queda nominal de **-32,6%** no terceiro bimestre de 2018.

	R\$ milhões
Janeiro a Junho 2018	185
Janeiro a Junho 2017	274
Janeiro a Junho 2016	318

Gráfico 6 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Junho 2018	1.160
Janeiro a Junho 2017	954
Janeiro a Junho 2016	916

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	Até Junho	Até Junho	Variação	Variação	Em R\$ Mil Variação 2018/2017
	2017	2018	Nominal (%)	Real (%)	
SERVIÇOS DE SAÚDE (serviços médicos/leitos/contratualização/cooperativas)	287.021	326.521	13,8	9,0	39.501
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	61.303	60.700	-1,0	-5,1	-602
TRANSCOL SOCIAL/GERENCIAMENTO	47.466	52.322	10,2	5,6	4.856
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	39.451	39.779	0,8	-3,4	328
TRANSPORTE ESCOLAR	31.160	49.015	57,3	50,7	17.856
ALIMENTAÇÃO PRISIONAL	35.061	37.124	5,9	1,4	2.063
SENTENÇAS JUDICIAIS/SAÚDE	42.490	50.635	19,2	14,2	8.145
CAIXA ESCOLAR/APAE/PESTALOZZI/OUTRAS SUBVENÇÕES	12.163	180	-98,5	-98,6	-11.983
MEDICAMENTOS DESTINADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	29.487	22.267	-24,5	-27,7	-7.220
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.072	29.085	106,7	98,0	15.013
ENERGIA ELÉTRICA	17.489	18.771	7,3	2,8	1.282
SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	12.146	8.711	-28,3	-31,3	-3.435
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/TI	6.913	10.330	49,4	43,1	3.417
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	11.947	17.277	44,6	38,5	5.329
TELECOMUNICAÇÕES	6.032	3.201	-46,9	-49,2	-2.831
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	22.746	5.903	-74,0	-75,1	-16.843
NOSSABOLSA	10.541	11.042	4,8	0,3	501
CONCESSÃO FAÇA FÁCIL	7.583	7.540	-0,6	-4,8	-43
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/CONDOMÍNIOS	8.228	9.035	9,8	5,2	807
ÁGUA E ESGOTO	9.695	12.058	24,4	19,1	2.363
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	6.487	5.238	-19,3	-22,7	-1.249
SERVIÇOS EDUCACIONAIS/SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.976	7.593	8,8	4,3	616
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA	6.551	8.891	35,7	30,0	2.340
MATERIAL HOSPITALAR	4.750	4.586	-3,5	-7,5	-164
ESTAGIÁRIOS	7.032	6.069	-13,7	-17,3	-962
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	4.463	3.730	-16,4	-19,9	-733
MATERIAL FARMACOLÓGICO	4.317	3.701	-14,3	-17,9	-616
LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.277	5.721	-21,4	-24,7	-1.557
AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS	1.145	3.279	186,3	174,3	2.134
AUXÍLIO-FARDAMENTO	9.292	25.394	173,3	161,8	16.102
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.367	72.700	1.254,4	1.197,5	67.332
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL	3.426	3.862	12,7	8,0	436
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - MEDICAMENTOS	5.026	5.581	11,0	6,4	555
MEPES ¹	3.572	5.886	64,8	57,9	2.314
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	113.266	169.552	49,7	43,4	56.285
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.679	9.159	148,9	138,5	5.480
TOTAL	905.619	1.112.437	22,8	17,7	206.818
PASEP	48.695	47.369	-2,7	-6,8	-1.326
TOTAL GERAL	954.314	1.159.806	21,5	16,4	205.492

1- Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES):Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativos de Substit. de Mão-de Obra e Demais Serviços.

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ Mil			
	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	2.674	2.989	11,8	7,1
PRODEST/CEASA	2.674	2.989	11,8	7,1
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	210.605	230.109	9,3	4,7
CEF	27.648	13.850	-49,9	-52,0
BNDES	119.837	117.781	-1,7	-5,8
União - Refinanciamento	17.929	51.952	189,8	177,6
Lei 9496	8.562	31.057	262,7	247,5
Refinanciamento	3.997	31.057	677,0	644,3
Saneamento	4.565	-	-100,0	-100,0
Cohab	9.367	20.894	123,1	113,7
Baneses	29.005	29.389	1,3	-2,9
Parcelamentos: INSS e PASEP	16.187	17.138	5,9	1,4
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	42.506	48.953	15,2	10,3
BID	30.684	36.297	18,3	13,3
BIRD	11.822	12.656	7,1	2,6
Serviço da Dívida Pública Contratual	255.785	282.052	10,3	5,6

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: O aumento real de **5,6%** nos gastos com o valor pago em serviço da dívida pública até junho de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017, decorreu em virtude da elevação nos gastos dos contratos de dívida externa, onde ocorreu uma evolução de 16,55% na taxa cambial do dólar norte-americano (a cotação PTAX venda da moeda em 30/06/2017 era de R\$ 3,3082 e, já em 30/06/2018 era de R\$ 3,8558). Nesse período também foi registrado o incremento de R\$ 24,1 milhões em liberações de recursos das operações de crédito (R\$ 23,2 milhões em operações de dívida externa e R\$ 0,9 milhões em operações de dívida interna) que impactaram o saldo da Dívida Consolidada.

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

	R\$ Mil			
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	255.785	282.052	10,3	5,6
Principal	117.400	127.151	8,3	3,8
Juros e Encargos	138.385	154.901	11,9	7,2
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	210.605	227.640	8,1	3,5
Principal	83.107	90.350	8,7	4,1
Juros e Encargos	127.498	137.290	7,7	3,2
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	42.506	48.953	15,2	10,3
Principal	32.453	34.977	7,8	3,2
Juros e Encargos	10.052	13.976	39,0	33,2
Administração Indireta	2.674	2.989	11,8	7,1
Principal	1.840	1.824	-0,9	-5,1
Juros e Encargos	834	1.166	39,7	33,8

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	12.554.703	5.412.370	43,1%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Junho	Até Junho
	2017	2018
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	16,5	17,1
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	25,8	27,0

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Junho/2018		
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	12.554.703		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	1.414.855	11,3%	25.109.405
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	24.153	0,2%	2.008.752

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente, pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2018.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período, com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Mil			
	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
RECEITA TOTAL	7.447.165	7.855.748	5,5	1,0
DEDUÇÕES	386.282	208.260	-46,1	-48,4
Aplicações Financeiras	342.202	181.433	-47,0	-49,2
Operações de Crédito	41.043	24.153	-41,2	-43,6
Alienação de Bens	3.037	2.674	-11,9	-15,7
RECEITA PRIMÁRIA (1)	7.060.883	7.647.488	8,3	3,8
DESPESA TOTAL	6.500.921	7.016.171	7,9	3,4
DEDUÇÕES	255.934	282.052	10,2	5,6
Juros e Encargos da Dívida	138.534	154.901	11,8	7,1
Amortização da Dívida	117.400	127.151	8,3	3,8
DESPESA PRIMÁRIA (2)	6.244.987	6.734.119	7,8	3,3
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	815.897	913.369	11,9	7,2

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a
descoberto



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até o terceiro bimestre de 2018, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 670 milhões.

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Mil	
	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 30/06/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.752.253	6.843.218
DEDUÇÕES	4.638.173	5.428.364
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.258	3.395.457
Demais Haveres Financeiros	1.987.602	2.124.078
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	279.687	91.171
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.114.081	1.414.855
PASSIVOS RECONHECIDOS	515.730	486.953
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.598.351	927.901
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO		-670.450

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Junho 2017	Até Junho 2018	Meta LDO 2018
RESULTADO PRIMÁRIO	815.897	913.369	-831.455
RESULTADO NOMINAL	-779.516	-670.450	861.828

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL



ANEXO I



1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ	2018/2017 %	
		ACUMULADO ATÉ JUNHO	JUN 2017	NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	16.870.875	7.855.748	7.447.165	5,5%	1,0%
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	10.845.087	5.910.204	5.481.585	7,8%	3,3%
ICMS - Exceto FUNDAP	8.358.814	4.578.697	4.171.335	9,8%	5,1%
ICMS FUNDAP	467.645	258.695	220.176	17,5%	12,6%
TAXAS	690.785	313.165	312.443	0,2%	-4,0%
IRRF	609.515	295.250	296.722	-0,5%	-4,7%
IPVA	473.606	350.235	344.649	1,6%	-2,7%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	177.916	81.690	104.610	-21,9%	-25,2%
ITCD	66.806	32.472	31.650	2,6%	-1,7%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	5.093.121	2.608.103	2.389.431	9,2%	4,6%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.391.336	830.513	716.593	15,9%	11,0%
COTA-PARTE DO FPE	1.454.690	756.342	681.793	10,9%	6,3%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	961.268	511.162	499.121	2,4%	-1,9%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	637.470	300.383	301.420	-0,3%	-4,5%
COTA-PARTE DO IPI	228.935	113.622	101.584	11,9%	7,1%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.940	65.545	57.745	13,5%	8,7%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	120.482	30.536	31.176	-2,1%	-6,2%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.312.391	1.416.737	1.416.390	0,0%	-4,2%
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	1.982.451	955.170	847.839	12,7%	7,9%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	623.004	227.879	248.058	-8,1%	-12,0%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	391.893	150.007	160.508	-6,5%	-10,5%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	315.043	83.681	159.986	-47,7%	-49,9%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	689.922	347.201	368.946	-5,9%	-9,9%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.328.830	24.153	41.043	-41,2%	-43,6%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.398.475	2.450.651	2.250.230	8,9%	4,3%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.660.411	1.496.164	1.376.534	8,7%	4,1%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.738.064	954.487	873.696	9,2%	4,7%
1.A - RECEITAS VINCULADAS	6.316.670	2.119.560	2.210.122	-4,1%	-8,1%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOUREO ESTADUAL	10.554.205	5.736.188	5.237.043	9,5%	4,9%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ JUN 2017	2018/2017 %	
		ACUMULADO ATÉ JUNHO		NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	10.554.205	5.173.493	4.685.949	10,4%	5,8%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.765.762	885.241	845.050	4,8%	0,3%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	8.788.443	4.288.251	3.840.900	11,6%	7,0%
PESSOAL (exceto Precatórios e Aporte)	3.335.448	1.662.590	1.609.413	3,3%	-1,0%
APORTE PREVIDENCIÁRIO	1.966.592	931.921	837.908	11,2%	6,5%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.983.556	1.103.277	901.940	22,3%	17,2%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	5.084	9.159	3.679	148,9%	138,5%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA (Exceto FUNDAP)	127.544	71.518	12.775	459,8%	436,3%
FINANCIAMENTO FUNDAP	330.969	183.008	173.201	5,7%	1,2%
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	701.488	279.409	253.289	10,3%	5,7%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	0	0	0	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	91.422	47.369	48.695	-2,7%	-6,8%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	246.340	0	0	-	-
3. RESULTADOS					
3.1 PODER EXECUTIVO					
RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL	0	562.695	551.094	2,11%	-2,2%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2018: R\$ - 831.455 mil)	-831.455	913.369	815.897	11,9%	7,2%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		839.577	946.244	-11,3%	-15,0%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2018: R\$ 861.828 mil)	861.828	-670.450	-779.516	14,0%	17,6%
4. INDICADORES					
INVEST./INVER. FINANC. exceto financ. FUNDAP/FUNSAF (Rec. de todas as fontes)		211.087	142.878	48%	42%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.412.370	5.183.859	4,4%	0,0%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)		12.554.703	12.278.516	2,2%	-2,1%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		43,11	42,22		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		17,05%	16,53		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		27,02%	25,78		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Contratual Interna e Externa do Estado

Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 30.06.18) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
				INÍCIO	TÉRMINO						
I - REFINANCIAMENTO UNIÃO											
	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97 Lei n.º 10.767/17 - Aditivo ao ct.	Lei n.º 9.496/97 Aditivos 4º e 6º/2017, ao amparo da LC 148/14 e 156/16.	D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.284.701.938	1.376.359.569	1.394.372.180		CAM
	Lei n.º 7.546/03	LEI 8727/93 - COHAB ES	D	30/12/2003			882.358.228	926.253.452	935.303.932		
		6742-21	D	01/08/1988	01/07/2018	PES	106.464.853	109.308.308	110.433.012		T.R
		10166-11	D	01/09/1988	01/07/2018	PES	200.304.535	216.679.125	224.707.259		T.R
		513109-68 (FIN 6050-62)	D	01/10/1986	01/05/2018	PRICE	360.903.169	389.775.492	395.928.857		T.R
		513402-20 (FIN 6740-03)	D	01/12/1984	01/05/2018	PRICE	30.243.683	31.932.105	32.105.300		T.R
		513406-68 (FIN 6741-17)	D	01/09/1989	01/05/2018	PRICE	6.619.727	6.724.776	6.644.650		T.R
		513407-72 (FIN 7656-06)	D	01/05/1985	01/05/2018	PRICE	11.729.459	11.901.836	11.754.802		T.R
		513409-90 (FIN 9450-63)	D	01/03/1986	01/05/2018	PRICE	12.681.979	13.354.332	13.412.213		T.R
		513411-31 (FIN 10584-7)	D	01/11/1986	01/05/2018	PRICE	43.786.943	46.599.547	47.024.303		T.R
		513418-00 (FIN 12552-25)	D	01/08/1985	01/05/2018	PRICE	36.517.437	37.910.111	37.828.189		T.R
		513662-72 (FIN 8556-17)	D	01/09/1988	01/05/2018	PRICE	25.549.669	27.636.878	28.095.324		T.R
		513665-04 (FIN 25005-83)	D	01/01/1991	01/05/2018	PRICE	9.854.963	10.409.280	10.468.463		T.R
		436633-77 (FIN 4946-34)	D	01/05/2014	01/04/2019	PRICE	19.712.593	11.557.269	7.295.242		T.R
		398759-78 (FIN 12844-15)	D	01/12/2012	01/11/2017	PRICE	43.397				T.R
		0450418-56 (FIN 17281-16)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	3.007.798	2.106.890	1.625.709		T.R
		0450435-64 (FIN 17282-31)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	1.436.784	1.006.906	777.130		T.R
		0450557-48 (FIN 17283-57)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	2.304.708	1.615.153	1.246.575		T.R
		0450567-64 (FIN 17675-87)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	752.687	519.229	397.554		T.R
		449675-57 (FIN 6746-55)	D	01/01/2016	01/12/2019	PRICE	382.816	256.734	192.550		T.R
		0453132-64 (FIN. 3398-80)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	4.326.385	2.992.676	2.307.800		T.R
		0453136-00 (FIN 7274-81)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	5.734.643	3.966.806	3.058.999		T.R
TOTAL REFINANCIAMENTO I							2.167.060.166	2.302.613.021	2.329.676.112		

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 30.06.18) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
				INÍCIO	TÉRMINO						
II - FINANCIAMENTO INTERNO											
Caixa Econômica Federal - CEF	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA I	D	23/06/2006	19/11/2027	PRICE	1.333.985	1.301.411	1.252.624	130.510	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA II	D	23/06/2006	19/09/2028	PRICE	1.112.365	1.051.358	1.015.987	272.863	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA III	D	23/06/2006	19/08/2028	PRICE	2.376.808	2.247.870	2.173.033	1.275.029	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA IV	D	23/06/2006	19/11/2028	PRICE	3.288.733	3.208.936	3.103.210	344.801	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA V	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	582.749	548.592	528.913	1.193.636	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VI	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	2.097.398	1.974.460	1.903.632	455.974	TR
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VII	D	23/06/2006	19/02/2028	PRICE	1.870.346	1.759.477	1.695.669	1.634.510	TR
	Lei n.º 10.025/2013	ISMAP - Campo Grande	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE			1.535.680	71.790.593	TR
		ISMAP - Canal da Costa	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE			614.166	71.876.934	TR
		ISMAP - Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	2.185.747	2.216.846	958.250	71.523.635	T.R
	Lei nº 9.914/2012 e	FINISA - Resolução CMN 4109/12	D	15/01/2018	15/11/2042	SAC	374.087.588	354.368.847	353.522.439		Δ URTJLP
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Lei n.º 8.755/07 e 9.117/09	Saúde	D	25/09/2009	15/10/2019	SAC	66.157.317	43.269.734	31.570.103	8.425.883	Δ URTJLP
	Lei n.º 9.004/08	TRANSCOL IV	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	83.347.679	60.176.656	48.296.150		Δ URTJLP
	Lei nº 9.593/2010	BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	59.501.749	56.242.767	54.466.758	482.354.407	Δ URTJLP
	Lei nº 9.874/12	PROPAAE	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	2.339.150.397	2.364.398.734	2.372.002.799	691.317.272	Δ URTJLP
	Lei n.º 9.374/09	Estados	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	40.084.898	28.941.119	23.227.357		Δ URTJLP
TOTAL FINANCIAMENTO INTERNO							2.977.177.761	2.921.706.807	2.897.866.770	1.402.596.046	
II - FINANCIAMENTO EXTERNO											
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Lei 10.186/2014	Projeto Estado Presente	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC				181.680.800	DÓLAR
	Lei n.º 6.731/01	PRES II - Programa Rodoviário do ES	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	151.711.105	137.778.200	151.147.360		DÓLAR
	Lei n.º 8.996/2008	PRES III- Programa Rodoviário do ES	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	481.860.592	527.209.973	598.343.727	24.654.035	DÓLAR
	Lei n.º 9.072/08	PROFAZ	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	34.550.320	51.377.832	53.665.558		DÓLAR
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	Lei n.º 7.728/93	Projeto Águas Limpas	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	43.939.187	34.666.517	34.618.915		DÓLAR
	Lei n.º 8.860/08	Projeto Águas Limpas - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	189.915.905	184.014.116	209.386.327		DÓLAR
	Lei 10.050/2013	Projeto Gestão Integrada de Águas e	D	28/09/2015	15/08/2038	CUSTOMIZADO	18.091.346	25.950.284	57.238.213	232.726.325	DÓLAR
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO							920.068.454	960.996.921	1.104.400.100	439.061.160	
III - DEMAIS DÍVIDAS											
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	Lei n.º 5527/97	Assunção de dívidas junto à BANESES	D	29/06/1998	30/11/2018	PRICE	104.384.376	51.206.580	24.321.966		IGP-DI
IV - PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS											
PASEP	Lei n.º 12.180/12	PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	347.354.773	324.765.453	313.470.793		
INSS		Previdenciário / CEASA	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC	1.193.178	1.193.178	1.193.178		
INSS		Previdenciário / PRODEST	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC	294.237	98.079	16.347		
PASEP		PASEP / IPAJM	I	31/07/2003	30/03/2016	SAC			48.217.472		
TOTAL PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS							348.842.188	326.056.710	362.897.790		
TOTAL GERAL I+II+III+IV							6.517.532.945	6.562.580.041	6.719.162.738		

Obs.:

1. A dívida junto ao PASEP do IPAJM não é considerada como dívida consolidada.

2. Os parcelamentos do PASEP e INSS não possuem atualização monetária.

Elaboração: SEFAZ



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Bruno Funchal

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Alexandre Viana Gebara

Amílcar José Carvalho

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.